



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 203 - JUNHO DE 2026

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....2

Decretos.....4

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....6

Decretos.....7

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....9

Pareceres.....11

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Marcelo Mendes
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Ricardo Della Giustina



GOVSC

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 19.838**5 DE MAIO DE 2026**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Aurora. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.839**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Foro da Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí Açu, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.840**5 DE MAIO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Pedras Grandes. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.841**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense dos Parentes, Amigos e Portadores de Epidermólise Bolhosa (ACPAPB) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.842**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Hombridade (IH), de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.843**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Federação de Montanhismo e Escalada do Estado de Santa Catarina (FEMESC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.844**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação de Ginástica Rítmica Desportiva de Joinville (AGRDJ) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.845**5 DE MAIO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Guabiruba. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.846**5 DE MAIO DE 2026**

Concede o título de Cidadão Catarinense a Dom Francisco Carlos Bach. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.847**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aconchego, de Penha, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.848**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia (UMAMC) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.849**5 DE MAIO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Abelardo Luz. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.850**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Caritativa Casa Mãe de Deus, de Criciúma, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.851**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira Cristã de Saúde (ASBRACS), de Itani, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.852**5 DE MAIO DE 2026**

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis no Município de Videira. ([Inteiro](#)

[teor](#))**LEI Nº 19.853****5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto de Amparo às Crianças com Câncer e Vulnerabilidade Social, de Balneário Camboriú, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.854**5 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Centro Cultural, Educacional e Assistencial Ilê Axe Ijoba Ode Erin-Reino de Ossoosi (ARO) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.855**13 DE MAIO DE 2026**

Assegura o direito ao acompanhamento de pacientes crianças e adolescentes, por ambos os genitores ou responsáveis, durante consultas e atendimentos médicos nos hospitais e nas unidades de saúde das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.856**13 DE MAIO DE 2026**

Institui o Dia do Adolescente Cristão no Estado de Santa Catarina e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.857**14 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer Tijuquense- RFCC Tijuquense e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.858**14 DE MAIO DE 2026**

Declara de utilidade pública o Instituto Parceiro Anjo, de São Miguel do Oeste, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que con-

cedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.859
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Plácido Marcondes 141/SC, de Navegantes, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.860
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente São Chico (ABSC), de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.861
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Palhoça e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.862
14 DE MAIO DE 2026

Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis no Município de Dionísio Cerqueira. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.863
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Movimento Orgânico (IMO) e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.864
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública a Ação Social de Barreiros, de São José, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.865
14 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Guajapirá 75/SC, de Presidente Getúlio, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.866
20 DE MAIO DE 2026

Institui o Dia Estadual de Conscientização da Síndrome de Apert e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.867
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.868
20 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Clube Esportivo Sab Vôlei Santa Catarina, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.869
20 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Instituto Bike Ação e Cultura, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.870
20 DE MAIO DE 2026

Concede o título de Cidadã Catarinense a Fernanda Maria de Felix Vanhoni. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.871
25 DE MAIO DE 2026

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe (FEARPE) para Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (FUNIARP), de Caçador.

[\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.872
25 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Continente, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.873
25 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública o Grupo Escoteiro Pirabeiraba, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.874
25 DE MAIO DE 2026

Altera o Anexo I da Lei nº 16.720, de 2015, que consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina, para denominar Ginásio Poliesportivo Professor Cornélio Bazzani o ginásio de esportes da EEF Senador Francisco Benjamin Gallotti, no Município de Rodeio. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 19.875
27 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a afixação de placa de aviso nos estacionamentos, públicos e privados, localizados no Estado de Santa Catarina, alertando os condutores de veículos automotores para que tenham atenção à permanência de animais domésticos no interior de veículos, quando do desembarque. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETOS

DECRETO Nº 1.510
29 DE ABRIL DE 2026

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.511
4 DE MAIO DE 2026

Regulamenta a Lei nº 18.355, de 2022, que dispõe sobre a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Estadual. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.512
5 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, com encargo, de imóvel no Município de Ipumirim. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.513
5 DE MAIO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.514
5 DE MAIO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.515
5 DE MAIO DE 2026

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.516
6 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.517
8 DE MAIO DE 2026

Institui o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (Mais Verde). [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.518
8 DE MAIO DE 2026

Homologa situação de emergência no Muni-

cípio que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.519
8 DE MAIO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.520
8 DE MAIO DE 2026

Homologa situação de emergência no Município que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.521
13 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios sem paridade mantidos pelo Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.522
13 DE MAIO DE 2026

Institui o Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.523
13 DE MAIO DE 2026

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição por desapropriação, amigável ou judicial, de imóvel no Município de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.524
13 DE MAIO DE 2026

Introduz a Alteração 4.982 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.526
13 DE MAIO DE 2026

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.527
13 DE MAIO DE 2026

Regulamenta a Lei nº 18.200, de 2021, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO), e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.528
15 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece

outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.529
15 DE MAIO DE 2026

Regulamenta a concessão da Indenização Qualifica+, para o exercício de 2026, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 19.378, de 18 de julho de 2025. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.530
18 DE MAIO DE 2026

Declara estado de alerta climático no Estado em razão das previsões meteorológicas associadas ao fenômeno El Niño, estabelece indicadores objetivos para a imediata decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública e institui medidas preparatórias de proteção e defesa civil. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.531
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Joaçaba. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.532
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Miguel do Oeste. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.533
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Xaxim. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.534
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a realizar aquisição de imóvel no Município de Joinville. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.535
20 DE MAIO DE 2026

Autoriza o Poder Executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no Município de Tunápolis. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.541
20 DE MAIO DE 2026

Introduz as Alterações 4.986 e 4.987 no RICMS/SC-01. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.542
22 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 489, de 2020, que institui o Cadastro de Veículos de Comunicação no âmbito da Administração Pública Estadual. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 1.543
27 DE MAIO DE 2026

Revoga o Decreto nº 842, de 2020, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública para a Administração Pública Estadual Direta e Indireta. ([Inteiro teor](#))

2027, aprovado pela Lei nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.544
27 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.006, de 2025, que regulamenta a Lei nº 19.179, de 2025, que dispõe sobre medidas de melhoramento fluvial de interesse de proteção e defesa civil no Estado. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.545
27 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.875, de 2018, que regulamenta a gestão e a criação de pássaros da fauna brasileira no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.546
27 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.547
27 DE MAIO DE 2026

Altera o nome do programa de que trata o Decreto nº 1.460, de 2026, que regulamenta a Lei nº 19.481, de 2025, que disciplina a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no Estado, institui o Programa Estadual de Modernização do Ambiente de Negócios Catarinense e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.548
27 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 1.933, de 2022, que dispõe sobre a estruturação, organização e administração das atividades de ouvidoria do Sistema Administrativo de Controle Interno e Ouvidoria do Poder Executivo Estadual, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 1.549
27 DE MAIO DE 2026

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-

LEI Nº 15.399**4 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários; estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dá outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.400**5 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre a residência médica, a fim de permitir o fracionamento do repouso anual para o médico residente e para outros residentes na área de saúde, nos termos especificados em regulamento. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.401**5 DE MAIO DE 2026**

Cria varas federais destinadas à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau nos Estados do Amazonas e de Mato Grosso do Sul. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.402**8 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.403**8 DE MAIO DE 2026**

Institui o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito e altera a Lei nº 13.614, de 11 de janeiro de 2018, para dispor sobre o apoio às iniciativas da sociedade organizada no âmbito do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnattrs). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.404**8 DE MAIO DE 2026**

Dispõe sobre as definições e características dos produtos derivados de cacau, o percentual mínimo de cacau nos chocolates e a informação do percentual total de cacau nos rótulos desses produtos, nacionais e importados, comercializados no território nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.405**8 DE MAIO DE 2026**

Reconhece a atividade circense brasileira como manifestação da cultura e da arte popular em todo o território nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.406**11 DE MAIO DE 2026**

Institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas da Covid-19. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.407**11 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, para incluir em estabelecimentos penais federais de segurança máxima o preso, provisório ou condenado, pela prática do crime de homicídio qualificado previsto no inciso VII do § 2º do art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a aplicação do regime disciplinar diferenciado, na forma que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.408**14 DE MAIO DE 2026**

Institui, em âmbito nacional, o Julho Neon como mês da saúde bucal. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.409**20 DE MAIO DE 2026**

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM). [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.410**20 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória; e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei dos Crimes de Tortura), para prever como modalidade de tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica e familiar. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.411**20 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir, como causa de afastamento do agressor, o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.412**20 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor so-

bre a aplicação das medidas protetivas de urgência em geral e estipular que aquelas de natureza cível constituem título executivo judicial de pleno direito e dispensam propositura de ação principal. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.413**21 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.414**21 DE MAIO DE 2026**

Institui a Semana Nacional de Promoção da Pesca Artesanal. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.415**25 DE MAIO DE 2026**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre prazo para concessão de salário-maternidade pago diretamente pela Previdência Social. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.416**25 DE MAIO DE 2026**

Cria a Rota Turística da Serra da Capivara, no Estado do Piauí. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.417**25 DE MAIO DE 2026**

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Expo Cordeiro, realizada no Município de Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.418**28 DE MAIO DE 2026**

Cria a Universidade Federal Indígena. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.419**28 DE MAIO DE 2026**

Altera as Leis nºs 12.634, de 14 de maio de 2012, e 13.180, de 22 de outubro de 2015, para dispor sobre o Dia Nacional da Artesã e do Artesão e sobre a profissão de artesã e de artesão. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 15.420**28 DE MAIO DE 2026**

Reconhece como manifestação da cultura nacional o evento Totus Tuus, realizado no Município de Goiânia, no Estado de Goiás. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.956
5 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.381, de 11 de fevereiro de 2025, para prorrogar os prazos e autorizar medidas adicionais de regularização de operações de crédito rural abrangidas pelo Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, e o Decreto nº 8.179, de 27 de dezembro de 2013, que concede remissão nos casos em que especifica, e autoriza a contratação de novas operações de crédito rural no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.957
5 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 8.690, de 11 de março de 2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.958
7 DE MAIO DE 2026

Promulga o Acordo sobre Facilitação do Comércio do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.959
7 DE MAIO DE 2026

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, firmado em Brasília, em 12 de março de 2009. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.960
7 DE MAIO DE 2026

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, firmado em Brasília, em 26 de abril de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.961
7 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a Medalha Mérito Francisco Braga e altera o Decreto nº 40.556, de 17 de dezembro de 1956, que regula o uso das condecorações nos uniformes militares. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.962
7 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 3.213, de 19 de outubro de 1999, para dar nova denominação ao Comando Militar do Norte com jurisdição sobre o território da 8ª Região Militar. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.963
7 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 10.639, de 1º de março de 2021, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos Commissionados da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, e remaneja e transfere cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.964
8 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.628, de 4 de agosto de 2023, que dispõe sobre o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.965
11 DE MAIO DE 2026

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados e não classificados dentro do quantitativo de vagas originalmente previsto nos concursos públicos para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da Comissão de Valores Mobiliários e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.966
12 DE MAIO DE 2026

Institui o Programa Brasil contra o Crime Organizado. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.967
12 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.374, de 6 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.968
12 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.103, de 8 de julho de 2024, que aprova a Estrutura Regimental e

o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.969
12 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a exclusão do terminal STS08, localizado no Porto Organizado de Santos, Estado de São Paulo, do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.970
12 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.971
13 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.396, de 21 de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.972
13 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.504, de 12 de junho de 2025, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.973
13 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.492, de 17 de abril de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério de Minas e Energia, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.974
14 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.930, de 15 de abril de 2026, que regulamenta o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis quanto à subvenção econômica à

importação de óleo diesel de uso rodoviário e de gás liquefeito de petróleo – GLP, de que trata a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, e quanto ao acréscimo da subvenção econômica de que trata o art. 1º-A da Medida Provisória nº 1.340, de 12 de março de 2026, e define medidas de transparência no mercado de distribuição de combustíveis líquidos, de combustíveis de aviação e de gás liquefeito de petróleo. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.975
20 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.976
20 DE MAIO DE 2026

Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.977
20 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, que constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, aprova sua Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança, e remaneja e transforma cargas em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.978
20 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil e aprova o seu regulamento, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.979
20 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, que implanta a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e aprova a sua Estrutura Regimental e o seu Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.980
21 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural e altera o Decreto nº 12.719, de

17 de novembro de 2025. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.981
21 DE MAIO DE 2026

Institui a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.982
21 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 11.416, de 16 de fevereiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo, e remaneja e transforma cargas em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.983
21 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.694, de 22 de outubro de 2025, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e remaneja e transforma cargas em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.984
25 DE MAIO DE 2026

Regulamenta o disposto no Capítulo I da Medida Provisória nº 1.358, de 13 de maio de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de combustíveis derivados de petróleo, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.985
25 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a exclusão do Museu Marítimo do Brasil, localizado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.986
25 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.162, de 3 de setembro de 2024, que dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais do setor de irrigação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.987
25 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a qualificação do empreendimento rodoviário BR-393/RJ no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, e altera o Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, das rodovias federais que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.988
25 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.157, de 29 de agosto de 2024, para incluir representante do Ministério do Planejamento e Orçamento no Comitê Gestor do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social, de que trata a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.989
25 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.424, de 3 de abril de 2025, para incluir representante do Ministério do Planejamento e Orçamento no Conselho Deliberativo do Fundo Social, de que trata o art. 58 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.990
29 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 12.846, de 12 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2026. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.991
29 DE MAIO DE 2026

Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, e o Decreto nº 10.527, de 22 de outubro de 2020, para prorrogar a redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização de querosene de aviação e de biodiesel. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.992
30 DE MAIO DE 2026

Prorroga a subvenção econômica à importação de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, de que trata a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, e o Decreto nº 12.930, de 15 de abril de 2026. [\(Inteiro teor\)](#)

PORTARIAS

PORTARIA GAB/PGE Nº 48/2026

30.04.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 7º, incisos i e ii da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no art. 6º da portaria GaB/pGE nº 35/2025, de 18 de março de 2025,

RESOLVE:

art. 1º a comissão de avaliação e Desempenho dos empossados em decorrência da aprovação no 10º concurso público para ingresso na carreira de procurador do Estado de que trata a portaria GaB/pGE nº 36/2025, passa a ser composta pelos procuradores do Estado ElEnisE MaGnUs HEnDIer, matrícula nº 319684-4-01, laisa paVan Da cosTa, matrícula nº 289330-4-04 e ricardo DE araÚJo GaMa, matrícula nº 0292504-4-01, sob a presidência da primeira.

parágrafo único. Ficam designados como membros suplentes os procuradores do Estado carlos alBErTo prEstEs, matrícula nº 0263825-8-01, ZanY EsTaEl IEITE JÚnior, matrícula nº 0324421-0-02 e GaBriEl pEDroZa BEZEra riBEiro, matrícula nº 616.825-6-01.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de abril de 2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 49/2026

04.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 4º, inc. V, alínea d, item 10 do decreto nº 1.860, de 2022 e, considerando o disposto no art. 80, inciso iii da lei nº 6.745, de 1985 c/c decreto nº 770, de 1987, na portaria GaB/pGE nº 48/2025, publicada no doE em 28.04.2025 e, de acordo com o que consta dos autos pGE 1524/2026,

RESOLVE:

art. 1º RENOVAR, por 1 (um) ano, a concessão de licença Especial em favor da servidora carolina rocha de araújo, matrícula nº 951.006-0-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico, lotada na pGE, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 51/2026

08.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso II

do art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Alessandra Tonelli, Procuradora do Estado, ma-trícula nº 319.685.2-01, como Coordenadora da Procuradoria do Patrimônio (PROPAT), em substituição à Mário Sérgio Simas, durante o usufruto de licença nupcias, no período compreendido entre as dias 22/05/2026 a 29/05/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 50/2026

08.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo art. 4º, inc. V, alínea d, item 10 do Decreto nº 1.860, de 2022 e, considerando o disposto no art. 80, inciso III da Lei nº 6.745, de 1985 c/c Decreto nº 770, de 1987, na Portaria GAB/PGE nº 59/2025, publicada no DOE em 16.05.2025 e, de acordo com o que consta dos autos PGE 2239/2026,

RESOLVE:

Art. 1º RENOVAR, por 1 (um) ano, a concessão de Licença Especial em favor da servidora Vera Lucia da Silva, matrícula nº 961.907-0-01, ocupante do cargo de Assistente Jurídico, lotada na PGE, sem prejuízo da remuneração, respeitado o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 52/2026

18.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições previstas no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, em conformidade com o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa SEA nº 14, de 23 de setembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, no âmbito do Termo de Adesão nº 009/2026-PGE ao Contrato Central nº 004/2026/SCTI, MARCELO ANTÔNIO MATOS, matrícula nº 251194-0-01, para exercer a função de Fiscal Titular, JEVERSON PASSING, matrícula nº 671523-0-01, para exercer a função de Fiscal Suplente; ADRIANO DIAS DE LIMA, matrícula nº 389048-1-01, para exercer a função de Gestor Titular e; CINARA MATIAS LINO, matrícula nº

348834-9-02, para exercer a função de Gestor Suplente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 53/2026

20.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso ii do art. 7º da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º designar os procuradores do Estado abaixo relacionados como coordenador do núcleo de Gestão de Execuções de sentença (GEn), em substituição à nataniel Martins Manica, matrícula nº 384.599-0-02, durante o afastamento do país para frequentar curso de pós-graduação, no período compreendido entre os dias 01/04/2026 a 30/06/2026:

- luana de Freitas Vignola, matrícula nº 645.034-2-02, no período de 01/04/2026 a 31/05/2026; e

- luiz loof Junior, matrícula nº 756.974-2-01, no período de 01/06/2026 a 30/06/2026.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 3º Fica revogada a portaria GaB/pGE nº 38/2026.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 54/2026

21.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições previstas no art. 7º, inciso i, da lei complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, em conformidade com o disposto no art. 117 da lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na instrução normativa sEa nº 14, de 23 de setembro de 2025,

RESOLVE:

art. 1º dEsiGnar, no âmbito do contrato n. 010/2026-pGE, MarcElo anTonio MaTos, matrícula nº 0251194-0-01, para exercer a função de Fiscal Titular; JEVERSON PASSING, matrícula nº 671523-0-01, para exercer a função de Fiscal suplente; adriano dias dE liMa, matrícula nº 389048-1-01, para exercer a função de Gestor Titular e; cinara MaTias lino, matrícula nº 348834-9-02, para exercer a função de Gestor suplente.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA PGE nº 32/2026

22.05.2026

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo § 2º do art. 106 da lei complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e em conformidade com o disposto no art. 117 da lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na instrução normativa sEa nº 14, de 23 de setembro de 2025,

RESOLVE:

art. 1º dEsiGnar, no âmbito do contrato nº 6.2026, FErnando alVEs FiLGUEiras sa da silVa, matrícula nº 387.222-0-01, para exercer a função de Fiscal Titular; MarcElo MEndEs dos sanTos, matrícula nº 950.562-8-03, para exercer a função Fiscal suplente; adriano dias dE liMa, matrícula nº 389.048-1-01, para exercer a função de Gestor Titular e; cinara MarTins lino, matrícula nº 348.834-9-02, para exercer a função de Gestor suplente.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO MENDES

Procurador-Geral do Estado

PARECERES

PARECER N° 197/2026-PGE

Referência: SCC 7394/2026

Assunto: Solicitação de exame e emissão de parecer. Autógrafo do Projeto de Lei n. 842/2025

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei n. 842/2025, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Institui o Dia do Adolescente Cristão no Estado de Santa Catarina e altera o Anexo Único da Lei no 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”. 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica, competência do poder legislativo. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER N°: 357/2026-PGE/COJUR/NU-CONT

Referência: SEF n.: 22612/2025

Assunto: Concessão comum para construção, desenvolvimento, operação e gestão da Zona de Processamento de Exportação de Imbituba (ZPE)

Origem: Diretoria de Atração de Investimentos, Parcerias e Recursos- DIAI

Autor: Jorge Henrique Lima Digigov

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e contratos. Análise de minuta de edital. Concessão de uso de área e prestação dos serviços de operação da administração da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Imbituba/SC. Critério de julgamento “maior outorga fixa”. Poder Concedente: Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (IAZPE S/A). Sociedade de Economia Mista. Decreto-Lei n.º 271/1967 e Leis Federais 8.987/95 e 13.303/2016. Possibilidade jurídica. Minuta do edital e minuta do contrato adequadas do ponto de vista da legalidade, com recomendações.

PARECER JURÍDICO NATC N° 01/2026

Referência: SEF 6879/2026

Assunto: Processo de inspeção do Tribunal de Contas de Santa Catarina sobre o regime de convênios simplificados

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda

(SEF).

Autores: Daniel Cardoso e Gustavo Stollmeier Matiola

Ementa: Direito Constitucional e Administrativo. Procedimento de inspeção do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC).

Questionamento sobre as transferências voluntárias aos Municípios mediante convênios em regime simplificado. Pretensão necessidade de observância do modelo federal previsto no art. 184-A da Lei no 14.133/2021 e demais regramentos da União. Inexistência de dever de simetria estrita.

Competência legislativa concorrente (arts. 22, XXVII, e 24, I, da Constituição Federal). Normas gerais de caráter principiológico.

Possibilidade de suplementação normativa pelos Estados. Natureza específica do art. 184-A da Lei no 14.133/2021, com aplicação restrita à União. Autonomia legislativa estadual. Regime instituído pelo Estado de Santa Catarina com fundamento no art. 17-A da Constituição Estadual (EC no 95/2024), regulamentado pela Lei no 19.093/2024 e pelo Decreto no 766/2024. Transferências voluntárias definidas nos termos do art. 25 da Lei Complementar no 101/2000. Distinção em relação ao modelo de transferências especiais declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (RE no 1.504.153/SC). Inexistência de criação de nova modalidade de transferência. Disciplina de natureza procedimental. Compatibilidade com o ordenamento constitucional. Exercício legítimo da autonomia administrativa e legislativa estadual. Ausência de vício de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

PARECER N° 202/2026-PGE

Referência: IMA 8358/2026

Assunto: Pedido de reconsideração do Parecer n. 52/2026-IMA

Origem: Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)

Interessada: Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (ASSIMA)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Direito Administrativo. Servidores Públicos. Lei Estadual no 19.665/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Subsídio do IMA). Enquadramento dos servidores nomeados pela Portaria FATMA no 44/1998 no novo regime. Servidores ocupantes de cargos de nível médio que recebiam a gratificação do Decreto no 3.035/1998, alterada pela Lei Complementar no 421/2008 e Lei no 18.316/2021. Impossibilidade de reenquadramento ou equiparação remuneratória aos cargos de

nível superior, independentemente das atividades desenvolvidas e da forma de cálculo das vantagens pecuniárias percebidas no regime jurídico anterior.

Incidência da Súmula Vinculante no 43 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de Reconsideração do Parecer n. 52/2026-IMA. Manifestação pelo indeferimento.

Garantia de irredutibilidade de vencimentos (Tema 24 STF – Repercussão Geral). Necessidade de comprovação. Inaplicabilidade do Tema n. 11 do TJSC.

PARECER N° 204/2026-PGE

Referência: SCC 7390/2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n° 420/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: André Doumid Borges

Autógrafo. Projeto de Lei n° 420/2024, de origem parlamentar, que “assegura o direito ao acompanhamento de pacientes crianças e adolescentes, por ambos os genitores ou responsáveis, durante consultas e atendimentos médicos nos hospitais e nas unidades de saúde das redes pública e privada do Estado de Santa Catarina” 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção da criança e do adolescente (art. 24, inciso XV, da CRFB). Competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatizar regras sobre proteção integral da criança e do adolescente (art. 227, CRFB) e direito à saúde (arts. 196 da CRFB).

4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER N° 110/2026 – PGE/NUAJ/SIE

Referência: Processo SIE 00012493/2026

Assunto: Análise da viabilidade de prorrogação do prazo de execução do Contrato no CT-019/2026, sem acréscimo financeiro, relativo à execução de serviços emergenciais na rodovia SC-281, km 44+800, município de Angelina/SC

Origem: SIE/DFIS/GEROD (Gerência de Fiscalização de Obras Rodoviárias)

Autor: Phelipe Monteiro Mastra Fontoura
Direito Administrativo. Contrato emergencial. Art. 75, inciso VIII, da Lei no 14.133/2021. Prazo máximo de vigência de

PARECERES

1 (um) ano, vedada a prorrogação. Ocorrência de fato superveniente imprevisível, estranho à vontade das partes, consistente em embargo ambiental imposto pelo IMA/SC. Paralisação da execução por aproximadamente 8 (oito) meses. Prazo efetivamente disponível para execução de aproximadamente 19 (dezenove) dias. Prorrogação excepcional admitida pela jurisprudência do TCU e pela doutrina sob a Lei no 14.133/2021. Ausência de acréscimo financeiro. Equação econômico-financeira inalterada. Nenhum dispêndio adicional ao erário. Paradoxo consequencialista da aplicação literal da vedação.

Giro pragmático-constitucional. Juridicidade administrativa ampla. Arts. 20 e 22 da LINDB reformada (Lei no 13.655/2018). Derrotabilidade normativa. Distinguishing em relação ao Prejulgado TCE/SC no 2455/2024. Parecer pela possibilidade jurídica da prorrogação, condicionada a cronograma físico revisado, manifestação técnica de persistência do risco geotécnico e registro motivado da distinção fática frente ao enunciado do órgão de controle.

PARECER N° 208/2026-PGE

Referência: SCC 7261/2026

Assunto: Diligência – Projeto de Lei n. 346/2022.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: João Carlos Castanheira Pedroso
DILIGÊNCIA.PROJETO DE LEI N. 346/2022, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE “INSTITUI O CADASTRO ESTADUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PORTADORES DE DOENÇAS PERMANENTES- CEPED, NO ÂMBITO DO ESTADO DE SANTA CATARINA”. 1. AUSÊNCIA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. MATÉRIA NÃO INSERIDA NO ROL TAXATIVO DO ART. 61, § 1o, DA CRFB/1988 E DO ART. 50, § 2o, DA CESC/1989. TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS POR LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. 2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE. PROTEÇÃO À SAÚDE E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ARTS. 23, II, E 24, XII E XIV, DA CRFB/1988). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE E PRESUNÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS. 3. CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL PARCIAL. ARTS. 191-B E 191-D. VIOLAÇÃO À AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS (ART. 18 DA CRFB/1988 E ART. 110 DA CESC/1989). IMPOSIÇÃO DE ENCARGO

ADMINISTRATIVOS ESPECÍFICOS AOS ENTES MUNICIPAIS SEM PREVISÃO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA. DESNATURAÇÃO DO MODELO COOPERATIVO FEDERATIVO. INVASÃO DA RESERVA DA ADMINISTRAÇÃO. ART. 191-D. RESTRIÇÃO LEGAL À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTO ESPECÍFICO DE COOPERAÇÃO (CONVÊNIO), EM DETRIMENTO DE OUTRAS FORMAS DE AJUSTE ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES (ART. 2o DA CRFB/1988 E ART. 32 DA CESC/1989).

PARECER N° 05/2026 – PGE/NUAJ/SPAF

Processo: SPAF 163/2026

Assunto: Minuta de decreto

Origem: Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF)

Autor: João Rodrigo Teixeira Motta

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E ELEITORAL. MINUTA DE DECRETO ESTADUAL. PROGRAMA VOA + SC. LEI ESTADUAL 19.679/2025. SUBVENÇÃO ECONÔMICA. ANÁLISE TÉCNICA PELA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO NA FORMA DA LEI FEDERAL 14.133/2021. NECESSIDADE DE CLÁUSULA LIMITADORA DA RESPONSABILIDADE ESTATAL. OBRIGATORIEDADE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (IN TC-33/2024 TCE/SC). VEDAÇÃO LEGAL AO USO DE AERONAVES FORA DO PROGRAMA. FIXAÇÃO DO PREÇO DE PASSAGENS COMO PARÂMETRO CONTRATUAL, NÃO REGULATÓRIO (LEI 11.182/2005). IMPRESCINDIBILIDADE DE AVALIAÇÃO INTERMEDIÁRIA PERIÓDICA PARA PRORROGAÇÃO. INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL DE BENS RESTRITA ÀS REGRAS DO EDITAL. VIABILIDADE JURÍDICA CONDICIONADA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE E DA VEDAÇÃO AO USO PROMOCIONAL EM CONTEXTO ELEITORAL. RECOMENDAÇÕES.

PARECER N° 211/2026-PGE

Referência: SCC 8111/2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n. 108/2024.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- ALESC.

Autora: Carla Schmitz de Schmitz
Autógrafo do Projeto de Lei n. 108/2024, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento gratuito de pulseiras de identificação a crianças de até 12 (doze) anos nas praias, praças e parques públicos e em eventos públicos realizados no Estado de Santa Catarina.” 1. Incons-

titucionalidade formal subjetiva. Matéria afeta à organização e ao funcionamento da Administração Pública.

Ingerência na reserva de administração (arts. 61, § 1o, II, “e”, e 84, VI, “a”, da CRFB, e arts. 50, § 2o, VI, e 71, IV, “a”, da CESC) 2. Violação ao princípio da separação dos Poderes (arts. 2o da CRFB/88 e 32, da CESC/89). 3. Violação à autonomia administrativa municipal (art. 1o e 18 da CRFB/88). 4. Ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Violação ao art. 113 do ADCT. 5. Parecer pela inconstitucionalidade do projeto de lei.

PARECER N° 212/2026-PGE

Referência: FATMA 40874/2018

Assunto: Minuta de anteprojeto de lei que “Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Estadual Vale das Nascentes e estabelece outras providências”.

Origem: Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Minuta de anteprojeto de lei, que “Dispõe sobre a criação da Reserva Biológica Estadual Vale das Nascentes e estabelece outras providências”.

Constitucionalidade e Legalidade. Regularidade formal parcialmente atendida.

Ausência de cumprimento do art. 7o, II, “a”, do Decreto Estadual n. 2.382/14.

PARECER N° 8/2026 – PGE/NUAJ/SETUR

Referência: SCC 9399/2025.

Assunto: Análise quanto à possibilidade de pagamento após o término do prazo de vigência de Convênio Simplificado.

Origem: Secretaria de Estado do Turismo – SETUR.

Autor: Ezequiel Pires

EMENTA: Convênio Simplificado 2025TE001648. Lei 14.133/2021. Lei Estadual n. 19.093/2024 e Decreto Estadual n. 766/2024. Pretendido apostilamento de prorrogação de convênio expirado. Forma incompatível.

Cabimento da prorrogação. Contrapartida e licitação tempestivamente comprovadas. Atraso no repasse decorrente de andamento interno em face da Administração estadual. Viabilidade jurídica da prorrogação (convalidação) como termo aditivo.

PARECER N° 214/2026-PGE

Referência: PGE 2083/2026

Assunto: Licitação e Contratos Administrativos- Dispensa de Licitação

Interessada: Procuradoria-Geral do Estado

Autora: Larissa Tasoniero

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Contratação direta com fundamento no art. 75, IX, da Lei Federal no 14.133/21. Observância do art. 72 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Possibilidade jurídico-formal da realização da contratação direta, desde que observadas as recomendações exaradas na presente análise.

PARECER N° 217/2026-PGE

Referência: SIE 13242/2020

Assunto: atualização monetária sobre valores de reequilíbrio econômico-financeiro reconhecidos pelo Oitavo Termo Aditivo ao Contrato CT-049/2014 (administração local e manutenção de canteiro)

Origem: Secretaria de Estado da Infraestrutura- SIE

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Revisão contratual. Reequilíbrio econômico-financeiro. Atualização monetária. Contrato CT n. 49/2014. Obras rodoviárias. Administração Local e manutenção de canteiro. Ausência de índice específico do DNIT até janeiro/2017.

Possibilidade jurídica de utilização do INCC no período de janeiro/2014 a janeiro/2017. Aplicação posterior do índice específico de Administração Local. Pagamento de valor inferior ao apurado pela Administração. Direito patrimonial disponível.

Necessidade de renúncia expressa, formal e irrevogável da contratada, mediante instrumento escrito com cláusula de quitação integral, para afastar pretensão futura quanto às diferenças remanescentes.

PARECER N° 218/2026

Referência: SEF 4022/2026

Assunto: Contratação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

Autor: André Doumid Borges

Ementa: Contratação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com garantia da União, até o valor de US\$ 119.200.000,00 (cento e dezenove milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito do Programa para Aumento da Resiliência Climática e Redução de Risco de Desastres em Santa Catarina.

Emissão de parecer técnico. Inexistência de óbices jurídicos à assinatura pelo Governador do Estado.

PARECER N° 221/2026-PGE

Referência: SCC 7939/2026

Assunto: Operação de crédito externo do BRDE

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessado: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Financeiro e Administrativo. Operação de crédito externo com garantia da União. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Empresa pública sui generis de controle compartilhado. Inclusão das operações de crédito no Plano Plurianual e no Orçamento de Investimentos do Estado de Santa Catarina. Ausência de obrigatoriedade. Artigo 120, §§ 1o e 4o, inciso II, da CE/SC. Caracterização como empresa estatal não dependente. Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução do Senado Federal n. 43/2001.

Precedente institucional. Parecer n. 33/2022-PGE. Reafirmação do entendimento.

PARECER N° 222/2026

Referência: SEF 4160/2026

Assunto: Declaração assinada pelo chefe do Poder Executivo, de cumprimento dos incisos II e III do art. 48 da LRF, em contratação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

Autor: André Doumid Borges

Contratação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com garantia da União no âmbito do Programa para Aumento da Resiliência Climática e Redução de Risco de Desastres em Santa Catarina. declaração assinada pelo chefe do Poder Executivo, de cumprimento dos incisos II e III do art. 48 da LRF. Inexistência de óbices jurídicos à assinatura pelo Governador do Estado.

PARECER N° 224/2026-PGE

Referência: SCC 8691/2026

Assunto: Exame e emissão de parecer. Autógrafo do Projeto de Lei n. 205/2023.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei n. 205/2023, de iniciativa parlamentar, que “Dispõe sobre a afixação de placa de aviso nos estaciona-

mentos, públicos e privados, localizados no Estado de Santa Catarina, alertando os condutores de veículos automotores para que tenham atenção à permanência de animais domésticos no interior de veículos, quando do desembarque.” 1. Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica: competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal para legislar sobre proteção à fauna e ao meio ambiente (art. 24, VI, da CRFB e artigo 10, VI, da CESC. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 226/2026-PGE

Referência: SCC 8057 2026

Assunto: Diligência Projeto de Lei n. 0164/2026.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Autor: João Carlos Castanheira Pedroza

Diligência. Projeto de Lei n. 0164/2026, de origem parlamentar, que “Institui o Programa Estadual de Descentralização dos Serviços de Habilitação – ‘Habilita SC’”. Reconhecimento de centros de formação de condutores (CFCs) como postos avançados de atendimento do DETRAN/SC. Constitucionalidade formal orgânica. Competência do Estado para legislar sobre organização administrativa e execução de serviços públicos estaduais. Ausência de usurpação da competência privativa da União para legislar sobre trânsito (art. 22, XI, da CRFB/1988). Constitucionalidade formal subjetiva. Vício de iniciativa.

Interferência na organização, funcionamento e atribuições do DETRAN/SC.

Matéria afeta à direção superior da administração pública estadual. Reserva de iniciativa do Governador do Estado. Arts. 50, § 2o, VI, e 71, I e IV, “a”, da Constituição do Estado de Santa Catarina. Princípio da separação dos poderes.

Inconstitucionalidade formal subjetiva configurada. Ausência de afronta material à Constituição.

PARECER No 230/2026-PGE

Referência: SCC 9124 2026

Assunto: Autógrafo do Projeto de Lei n° 674/2025

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

PARECERES

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: André Doumid Borges

Autógrafo. Projeto de Lei no 674/2025, de iniciativa parlamentar, que “Revoga o art. 7o da Lei no 12.573, de 2003, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias.” 1. Constitucionalidade formal subjetiva.

Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor (art. 24, incisos V e VIII, da CRFB).

Competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal. 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização da produção e consumo. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade.

PARECER N° 231/2026-PGE

Referência: SCC 8932/2026

Assunto: Exame e emissão de parecer. Autógrafo do Projeto de Lei n. 367/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina- ALESC

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Autógrafo. Projeto de Lei n. 367/2024, de iniciativa parlamentar, que “Altera a Lei no 18.335, de 2022, que institui a Bolsa-Atleta de Santa Catarina e estabelece outras providências, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guia dos paratletas com deficiência visual das classes T11 e T12”. 1.

Constitucionalidade formal subjetiva. Inexistência de usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 2. Constitucionalidade formal orgânica: competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal para legislar sobre desporto, bem como proteção e integração social das pessoas com deficiência (artigo 24, IX e XIV, CRFB e artigo 10, IX e XIV d CESC). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador. Viabilidade em ano eleitoral. Não incidência da conduta vedada prevista no artigo 73, § 10, da Lei n. 9.504/1997. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade.

PARECER N° 004/PL/2026

Referência: SSP 2479/2025

Assunto: Proposta de Decreto de organização e funcionamento do SIVI-SC

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Interessados: Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros Militar

Autor: Gustavo Boraschi

Ementa: Minuta de Decreto. Organização e funcionamento do Sistema Integrado de Videomonitoramento Inteligente do Estado de Santa Catarina (SIVI-SC). Organização e funcionamento da Administração Pública estadual. Competência do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a matéria mediante Decreto. Adequação legislativa. Inexistência de vícios de constitucionalidade ou legalidade aparentes. Não incidência de restrições decorrentes da legislação eleitoral. Recomendação apontada.

PARECER N° 234/2026-PGE

Referência: PGE 6508/2025

Assunto: Análise de minuta de anteprojeto de lei.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: Rodrigo Diel de Abreu

Direito Administrativo. Direito Constitucional. Direito Eleitoral. Estrutura organizacional da Administração Pública. Minuta de Anteprojeto de Lei que institui a Fundação Abrigo do Coração, entidade privada sem fins lucrativos destinada ao fomento do voluntariado, da participação social, da mobilização cidadã e da cooperação institucional, vinculada para fins de supervisão finalística à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família.

Apresentação de nova minuta com modificação substancial do objeto. Perda de objeto dos questionamentos formulados pela GEMAT em relação à redação pretérita. Necessidade de nova observância integral do procedimento previsto na legislação de regência. Revisão parcial do entendimento firmado no Parecer n. 474/2025-PGE quanto à dispensabilidade de consulta prévia aos órgãos afetos à matéria. Constitucionalidade formal reconhecida, com fundamento no art. 50, § 2o, VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina e no art. 37, XIX, da Constituição da República. Constitucionalidade material verificada, com fundamento nos arts. 3o, I; 5o, XVII; e 204, II, da Constituição da República.

Compatibilidade abstrata com a legislação eleitoral, com ressalva expressa quanto à fase de execução. Possibilidade jurídica com ressalvas e condicionantes procedimentais.

PARECER N° 236/2026-PGE

Referência: PGE 1322/2026.

Assunto: Termo aditivo em contrato administrativo. Supressão de reajuste.

Origem: Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Autor: Jorge Henrique Lima Digigov

Direito Administrativo. Licitações e contratos. Termo aditivo. Supressão de reajuste. Direito patrimonial disponível. Necessidade de anuência da empresa contratada. Preenchimento dos requisitos legais. Minuta que atende aos requisitos formais necessários à sua formalização. Possibilidade jurídica.